

- c) Classificações de serviço dos anos relevantes para o concurso;
 d) Declaração passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
 e) Declaração actualizada, passada pelo serviço onde o candidato exercer as funções, especificando as tarefas que lhe estiveram cometidas.

7.4 — É dispensada a apresentação dos documentos referentes aos requisitos a que se refere o ponto 6.1, salvo se os candidatos declararem, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente a cada um deles.

8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvidas sobre a situação que descreve, a apresentação da documentação comprovativa das suas declarações.

9 — As falsas declarações prestadas serão punidas conforme previsto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular (*AC*), onde serão avaliadas as habilitações literárias (*HL*), formação profissional (*FP*), experiência profissional (*EP*) e a classificação de serviço (*CS*).

A avaliação curricular será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + 2 (EP) + CS}{5}$$

11 — A classificação final dos candidatos será o resultado obtido na avaliação curricular.

12 — A publicação da relação de candidatos e da classificação final será feita nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção constam de acta(s) de reunião(ões) de júri do concurso, sendo facultada(s) aos candidatos quando solicitadas.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente a política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Composição do júri:

Referência 05/06:

Presidente — José Barbosa, Director de Departamento de Planeamento e Gestão Urbana.

Vogais efectivos:

Maria Lucília Grenho, chefe Divisão da Gestão Urbana, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Carla Filipe, técnico superior de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

João Paulo Lopes, arquitecto 1.ª classe, da Divisão de Planeamento.
 Carla Ribeiro, técnico superior de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

Referência 06/06:

Presidente — Francisca Trindade, assessora principal da Divisão de Bibliotecas.

Vogais efectivos:

Ana Cristina Silva, técnica superior principal do Gabinete de Apoio à Presidência, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

José Francisco Pilré, director de projecto municipal do Gabinete de Apoio à Presidência.

Vogais suplentes:

Maria Beatriz Peres, chefe Divisão da Administração Geral.
 Nelson Marques, assessor principal do Gabinete Jurídico.

Referência 07/06:

Presidente — Ana Cristina Ameixa, chefe de Divisão das Actividades Económicas e Turismo.

Vogais efectivos:

José Rodrigues, fiscal municipal de 1.ª classe, da Divisão das Actividades Económicas e Turismo, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Teresa Canhoto, técnica profissional de secretariado de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Carla Filipe, técnico superior de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

Rosa Lopes, fiscal municipal principal, da Divisão de Fiscalização.

Referência 08/06:

Presidente — Maria Manuela Filipe, técnica superior de 1.ª classe da Divisão de Administração Geral.

Vogais efectivos:

Cristina Lopo, chefe de secção, da Divisão de Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Cristina Silva, assistente administrativa especialista, da Divisão de Administração Geral.

Vogais suplentes:

Carla Filipe, técnica superior de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

Margarida Feio, chefe de secção, da Divisão de Administração Geral.

Referência 09/06:

Presidente — Gabriel Torcato, assistente administrativo principal, da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais efectivos:

Teresa Canhoto, técnica profissional de secretariado de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Agostinho Candeias, operário qualificado — electricista principal, da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais suplentes:

Cristina Lopo, chefe de secção, da Divisão de Recursos Humanos.
 Gabriela Martinho, assistente administrativa especialista, da Divisão de Recursos Humanos.

Referência 10/06:

Presidente — Agostinho Alexandrino, operário qualificado electricista principal, da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais efectivos:

Teresa Canhoto, técnica profissional de secretariado de 1.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos

Gabriel Torcato, assistente administrativo principal, da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais suplentes:

Cristina Lopo, chefe de secção, da Divisão de Recursos Humanos.
 José Assunção, técnico superior de 2.ª classe, da Divisão de Recursos Humanos.

5 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Humberto de Carvalho*.
 3000222112

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação tomada em reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 9 de Outubro de 2006, foi deliberado, por unanimidade, nomear definitivamente João Paulo Almeida Rodrigues para o lugar de

técnico superior de 2.ª classe — economia, com dispensa da realização de estágio.

O candidato deverá tomar posse do lugar de acordo com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — alínea b) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

16 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui Afonso Cepeda Caseiro*. 3000222142

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico profissional de construção civil de 2.ª classe.

Nomeação

Torna-se público que, por meu despacho de 17 de Novembro de 2006, nomeei provisoriamente, para ocupar um lugar de técnico profissional de construção civil de 2.ª classe, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal o candidato aprovado Ezequiel Lopes Diegues, no concurso externo de ingresso, aberto pelo aviso n.º 03/2006, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 111, de 8 de Junho de 2006, cuja lista de classificação final foi homologada em 8 de Novembro de 2006, e afixada no dia 15 de Novembro de 2006.

O candidato deverá tomar posse do lugar de acordo com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. [Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — alínea b) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*. 3000222138

Aviso

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos se torna público que, no uso da minha competência, em termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeio a técnica superior de 1.ª classe — jurista, desta Câmara Municipal, Helena Maria Cardoso Jerónimo Rodrigues, no cargo de chefe de Divisão Administrativa em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 28 de Novembro de 2006.

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*. 3000222143

CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso

Licença sem vencimento por um ano

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 25 de Outubro de 2006, e nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as respectivas alterações, foi concedida licença sem vencimento pelo período de um ano a Tânia Cristina de Almeida e Pinho Neves Oliveira, com a categoria de assistente de acção educativa, com início a 29 de Novembro de 2006.

20 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*. 1000308761

CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE LOBOS

Aviso n.º 0025.06.AV.TH

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência de concurso externo de acesso para provimento de uma vaga de técnico

superior de 1.ª classe — jurista, do grupo de pessoal técnico superior, recrutamento excepcional para lugar de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 63, de 29 de Março de 2006, e nos termos do meu despacho de 10 de Outubro de 2006, nomeei, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, em lugar vago na categoria de técnico superior de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, conforme lista de classificação final homologada, o candidato João Augusto Dias Abreu, classificado em 1.º lugar.

O nomeado deverá proceder à aceitação da nomeação do respectivo lugar, no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Armando Pinto Gomes*. 1000308607

Aviso n.º 0029.06.AV.TH

Nomeação

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, no uso das competências que me são conferidas nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi por mim homologada, no dia 5 de Maio de 2006, a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de 10 vagas de assistente administrativo, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 96, de 18 de Maio de 2005.

Mais se torna público que, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por meu despacho de 10 de Outubro de 2006, foram nomeados os seguintes candidatos:

Ricardo Jorge Guedes Macedo — ao abrigo da reserva de recrutamento, para os formandos do CEFA, nos termos do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

Avelino Alípio Figueira de Sousa.

Fátima Gonçalves Jardim.

Alexandra José Caldeira Santos.

Ana Luísa Conceição Oliveira Teles.

Águeda Andreia Abreu de Sousa.

Hélder Abreu de Andrade.

Wendy Gomes de Freitas.

Gonçalo Filipe Azevedo Simão.

Agostinho David Sousa Henriques.

Os candidatos nomeados deverão proceder à aceitação da nomeação do respectivo lugar, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Armando Pinto Gomes*. 1000308610

CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

Aviso

Contratação de pessoal a termo certo resolutivo — funções de auxiliar administrativo

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no artigo 139.º do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, no seu artigo 9.º, aplicado à administração local, torna-se público que por meu despacho datado de 20 de Novembro do ano de 2006, foi celebrado um contrato de trabalho a termo certo resolutivo, por um ano, com efeitos reportados a 1 de Dezembro do ano de 2006, com Liliana Patrícia Almeida Rodrigues e Raquel Castanheira Pereira, para desempenharem funções de auxiliar administrativo.

4 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Atílio dos Santos Nunes*. 3000222041